

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC 04530/11

ATOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS INTEGRAIS - ATENDIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE - REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS - LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO - CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 1.381 / 2.011

- 1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 1.1. NATUREZA: **Aposentadoria voluntária com proventos Integrais**
 - 1.2. APOSENTANDO(A):
 - 1.2.1. Nome: MARGARIDA GOMES DE BRITO
 - 1.2.2. Matrícula: **61.588-9**
 - 1.2.3. Cargo/Função: Professor de Educação Básica 2
 - 1.2.4. Lotação: Secretaria de Estado da Educação e Cultura
 - 1.2.5. Tempo de serviço prestado: **35 anos 01 mês e 09 dias**
 - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
 - 1.3.1. Data: **01/10/2009**
 - 1.3.2. Órgão data de publicação: **Diário Oficial do Estado, 21 de novembro de 2009**
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente da PBPrev, Sr. João Bosco Teixeira.**
- 2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: A DIAPG concluiu pela regularidade dos cálculos proventuais e legalidade do ato aposentatório, merecendo o seu competente registro.
- 3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.

ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato -- expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício -- e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se e registre-se.
Sala das sessões do TCE-PB - Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 07 de julho de 2011.

Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima Presidente
Auditor Substituto de Conselheiro Marcos Antônio da Costa Relator
Elvira Samara Pereira de Oliveira Representante do Ministério Público Especial junto ao TCE-PB